



monte
RODOVIAS

Concessionária Bahia Norte

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023



Bahia Norte

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	14



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Concessionária Bahia Norte S.A.

Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Bahia Norte S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Bahia Norte S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de março de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de Março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/F-7



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Concessionária Bahia Norte S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	79.254	24.216
Contas a receber	8	12.418	10.543
Imposto de renda e contribuição social		134	134
Tributos a recuperar	9	1.982	3.979
Despesas antecipadas		660	634
Adiantamentos		125	65
Total do ativo circulante		94.573	39.571
Ativo não circulante			
Fundos restritos	7	21.904	19.811
Depósitos judiciais		10.798	20.578
Despesas antecipadas		-	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	17.829	8.380
Total do realizável a longo prazo		50.531	48.783
Investimentos		-	9.064
Imobilizado		3.321	3.665
Intangível	10	867.862	880.424
Direito de uso	13	3.501	4.031
Total do ativo não circulante		874.684	897.184
Total do ativo		1.019.788	985.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Bahia Norte S.A.**Balancos patrimoniais****em 31 de dezembro de 2023 e 2022****PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante			
Fornecedores		16.731	6.735
Obrigações com compras de mercadorias e serviços	11	-	14.981
Empréstimos e financiamentos	12	45.938	38.567
Obrigações sociais e trabalhistas		11.059	3.836
Imposto de renda e contribuição social		4.932	196
Obrigações tributárias		10.534	1.809
Arrendamentos		3.096	1.776
Provisão para manutenção	15	233	1.957
Outras obrigações	16	2.498	12.524
		95.021	82.381
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	606.456	618.834
Arrendamentos	13	814	2.140
Provisão para contingências	14	14.120	7.174
Dividendos a pagar		5.831	-
Provisão para manutenção	15	28.485	16.060
		655.706	644.208
Patrimônio líquido	18		
Capital social		286.000	286.000
Reserva de lucros		5.505	-
Prejuízos acumulados		(22.444)	(27.051)
		269.061	258.949
Total do passivo e patrimônio líquido		1.019.788	985.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Bahia Norte S.A.
Demonstrações dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida de serviços	19	179.915	156.215
Receita de construção	19	21.312	31.526
Receita líquida		201.227	187.741
Custo dos serviços prestados	20	(117.465)	(103.852)
Custo de construção	20	(21.101)	(31.212)
Lucro bruto		62.661	52.677
Gerais e administrativas	21	(50.178)	(26.785)
Outras receitas (despesas) operacionais		48.993	1.880
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		61.476	27.772
Receitas financeiras	22	9.104	8.464
Despesas financeiras	22	(52.778)	(47.944)
Resultado financeiro, líquido		(43.674)	(39.480)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		17.802	(11.708)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(10.280)	(714)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	9.450	4.221
Lucro (Prejuízo) do exercício		16.972	(8.201)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Bahia Norte S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	16.972	(8.201)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>16.972</u>	<u>(8.201)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Bahia Norte S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de incentivos fiscais</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021		286.000	-	2.630	(20.455)	268.175
Prejuízo do exercício	18	-	-	-	(8.201)	(8.201)
Destinação:						
Utilização saldo reserva (Lucro Exploração)		-	-	(1.025)	-	(1.025)
Absorção prejuízos com reserva de lucros		-	-	(1.605)	1.605	-
Em 31 de dezembro de 2022		286.000	-	-	(27.051)	258.949
Lucro do exercício	18	-	849	-	16.972	16.972
Destinação para reservas		-	-	3.241	(4.090)	-
Destinação adicional		-	-	1.415	(1.415)	-
Juros sobre capital próprio	18	-	-	-	(6.860)	(6.860)
Em 31 de dezembro de 2023		286.000	849	4.656	(22.444)	269.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		17.802	(11.708)
Ajustes			
Margem de construção		(211)	(314)
Depreciação e amortização		38.146	59.887
Juros e variações monetárias, líquidas		55.181	43.324
Apropriação do custo de captação	12	(1.874)	-
Provisão para contingências	14	6.290	3.636
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(120)
Provisão para manutenção	15	10.701	9.262
Baixa do intangível		45	-
Destinação para reservas		-	(1.025)
		126.082	102.942
Varição dos ativos e passivos			
Contas a receber		(1.664)	(553)
Despesas Antecipadas		(12)	(145)
Tributos a recuperar		(1.365)	(3.354)
Depósitos Judiciais		6.629	5.906
Adiantamentos		(60)	(58)
Outros Investimentos		-	(9.064)
Fornecedores		9.996	10.019
Obrigações tributárias		7.696	(1.444)
Obrigações sociais e trabalhistas		7.223	(2)
Outras Obrigações		(10.025)	(8.986)
		144.500	95.261
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Juros pagos	12	(44.944)	(43.368)
Impostos pagos sobre o lucro	17	(2.182)	-
		97.374	51.893
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao intangível	10	(24.121)	(52.882)
Baixas do intangível		1.516	
Adições ao imobilizado		(108)	(641)
		(22.713)	(53.523)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos	12	40.000	-
Amortização de empréstimos	12	(41.359)	(16.266)
Obrigações com compras de mercadorias e serviços (pagamentos)	11	(14.981)	-
Adição ao fundo restrito		(1.476)	-
Utilização do fundo restrito		2.053	18.101
Pagamentos de arrendamentos	13	(3.860)	(4.537)
		(19.623)	(2.702)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de			

financiamentos			
Aumento (de caixa e equivalentes de caixa		55.038	(4.332)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	24.216	28.548
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	79.254	24.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas		
Receita de serviços	197.109	171.141
Receita de construção	21.312	31.526
	218.421	202.667
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(26.726)	(31.238)
Custo de construção	(21.101)	(31.212)
Valor adicionado bruto	170.594	140.217
Depreciação e amortização	(38.146)	(58.516)
Apropriação de seguros	(3.329)	(1.662)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	129.119	80.039
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.104	8.464
Outras receitas financeiras	50.818	1.880
Valor adicionado total a distribuir	189.041	90.383
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	54.012	25.059
Remuneração direta	45.621	15.823
Benefícios	7.162	7.780
FGTS	1.229	1.456
Impostos, taxas e contribuições	24.922	15.370
Federais	14.226	6.721
Estaduais	128	29
Municipais	10.568	8.620
Remuneração de capitais de terceiros	93.135	58.155
Juros	52.304	47.798
Aluguéis	464	413
Outras	40.367	9.944
Remuneração de capitais próprios	16.972	(8.201)
Prejuízo líquido do exercício	16.972	(8.201)
Valor adicionado distribuído	189.041	90.383

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Bahia Norte S.A. (“Bahia Norte” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede e foro em Salvador, no Estado da Bahia, que tem como objeto social, especificamente e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas (“sistema rodoviário”), tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba) e o “Poder Concedente”, pelo prazo de 25 anos.

Desde 28 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Verona Holding e Participações Societárias S.A. (“Verona”) e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. (“Monte Rodovias”), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão no 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 com extensão de 11,20 km, para a Concessionária construir, operar e manter a rodovia, que será denominada Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas (VMCLF). A rodovia foi inaugurada em 19 de junho de 2018. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, fica aditado em 05 anos a vigência do contrato, passando de 25 para 30 anos.

1.1. Procedimentos arbitrais

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, aguardando a realização de perícia de engenharia, deferida pelo Tribunal Arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem, tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 17 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Notas explicativas 14 e 15: reconhecimento e mensuração de provisões para contingências e provisão para manutenção: principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganho e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data de avaliação.

(c) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis

A Companhia, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é calculada ao longo do período de concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os outros intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(d) Custo de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

(e) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os custos relativos a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão para manutenção

A provisão para manutenção representa os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do encerramento do exercício.

A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, considerando as particularidades eventualmente existentes, em cada contrato de concessão.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Provisão para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. A Companhia reconhece provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais, administrativos, cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação, resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

(f) Arrendamentos – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, a partir da data de início do arrendamento, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos, É remensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$2), utilizando, portanto, as isenções previstas em norma vigente. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

(g) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos previstos nas legislações pertinentes, na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os livros fiscais e contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos é realizada com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos e são mensurados

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

(h) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

(i) Reconhecimento da receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de maneira confiável.

Receitas de pedágio

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

Receitas de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias na infraestrutura estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Companhia e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – “Contratos de concessão”, que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo acrescido de margem. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Receitas acessórias

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos da concessão ou quando da prestação de serviço.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização

(j) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

(k) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade com as demais normas técnicas aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4. Novas normas interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, e não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações financeiras da Companhia;

- Classificação de passivos de longo prazo com covenants (alterações ao CPC 26);
- Classificação de passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26);
- Divulgação de políticas contábeis (IAS 1/CPC 26-R1)
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8/CPC 23)
- Tributos sobre o Lucro (IAS 12/CPC 32)

Não foram identificadas outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas

de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia busca preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2023 (valores expressos em milhares de R\$):

	<u>Valor contábil</u>	<u>Total</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	16.731	16.731	16.731	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	652.394	860.359	96.096	92.884	241.789	446.892
Passivo de arrendamento	3.910	4.320	3.254	888	179	-
Total	673.035	898.712	116.081	93.771	241.967	446.892
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores	6.735	6.735	6.735	-	-	-
Obrigações com compras e mercadorias	14.981	14.981	14.981	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	657.401	661.552	38.567	50.984	105.195	466.807
Passivo de arrendamento	3.916	4.116	1.867	2.249	-	-
Total	668.052	672.403	47.169	53.233	105.195	466.807

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia acompanha a situação financeira de mercado continuamente e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, apesar de a Companhia não ter exposição ao risco de crédito em sua operação por se tratar de recebíveis na modalidade arrecadação a vista.

e) Risco de mercado

Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP, CDI e IPCA, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2028
TJLP (*)	6,6%	6,1%	6,0%	5,8%	5,8%	5,8%
CDI (*)	13,2%	9,9%	8,9%	8,5%	8,5%	8,5%
IPCA (*)	4,6%	3,6%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%

(*) Fonte: Itaú BBA Fev./2024.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP, CDI e IPCA, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável (*)	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP	6,01%	7,51%	9,01%
CDI	9,56%	11,95%	14,35%
IPCA	3,70%	4,62%	5,55%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2023 a 2028 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	346	397	446
Desenbahia - CBN	2033	Alta da TJLP	885	1.028	1.169
Desenbahia - CBN	2034	Alta da TJLP	2.087	2.423	2.756

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Desenbahia – CBN	2026	Alta do CDI	2.064	2.418	2.764
Fundos restritos		Alta do CDI	23.999	24.522	25.046
Aplicação financeira		Alta do CDI	6.861	7.011	7.160

(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
BNB-CBN	2025	Alta do IPCA	249	285	307

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

5.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Nível	Mensuração (*)	31/12/2023		31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial							
Caixa e equivalente de caixa	6	Nível 2	1	79.254	79.254	24.216	24.216
Fundos restritos	7	Nível 2	1	21.904	21.904	19.811	19.811
Contas a receber	8	Nível 2	2	12.418	12.418	10.543	10.543
Total				113.576	113.576	54.570	54.570
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Empréstimos e financiamentos	12	Nível 2	2	652.394	652.394	657.401	657.401
Obrigações com compras de mercadorias e serviços	11	Nível 2	2	-	-	14.981	14.981
Fornecedores		Nível 2	2	16.731	16.731	6.735	6.735
Arrendamentos	13	Nível 2	2	3.910	3.910	3.916	3.916
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	16	Nível 2	2	2.498	2.498	12.524	12.524
Total				675.533	675.533	680.576	680.576

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Companhia avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Companhia com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Companhia, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, aproximam-se dos seus valores justos, uma vez que quase sua totalidade destes instrumentos são compostos, majoritariamente, por títulos pré-fixados sem previsão contratual de marcação.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	21.483	3.069
Aplicações financeiras (a)	57.771	21.147
Total	79.254	24.216

(a) A Companhia mantém aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 100,25% (98% e 103% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 21.904 (R\$ 19.811 em 31 de dezembro de 2022), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se a aplicações financeiras remunerados pela variação do CDI entre 95% e 100,25% (98% e 99% em 31 de dezembro de 2022)

As controladas do Grupo mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais. Estes recursos são utilizados para pagamentos do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, pagamentos e taxas.

As controladas devem manter depositada em conta reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas contratuais de empréstimos e debêntures.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

8. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Meios de pagamentos eletrônicos (i)	11.477	9.795
Vale pedágio	198	195
Receitas acessórias	743	553
Total	12.418	10.543

(i) As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias. Não existem expectativas de perdas nas operações de créditos do contas a receber.

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos a vencer	11.907	8.904
Créditos vencidos até 60 dias	57	717
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	2	19
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	419	292
Créditos vencidos há mais de 180 dias	33	611
	12.418	10.543

10. Intangível

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências/ Reclassificações	Amortizações (a)	Saldo em 31/12/2022
Direito de concessão de serviços públicos	866.554	438	(30)	5.584	(55.000)	817.546
Obras em andamento	13.780	52.451	-	(7.817)		58.414
Total	880.334	52.889	(30)	(2.233)	(55.000)	875.960
Outros intangíveis						
Softwares	246	-	-	123	(103)	266
Marcas e Patentes	46	23	-	-	-	69
Adiantamento a fornecedores e outros	4.234	-	-	(105)	-	4.129
Total	4.526	23	-	18	(103)	4.464
Total	884.860	52.912	(30)	(2.215)	(55.103)	880.424

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas (b)	Transferências (*)	Reclassificações	Amortização (a)	Saldo em 31/12/2023
Intangível em infraestrutura							
Direito de concessão de serviços públicos	817.547	1.040	(1.561)	79.999	-	(34.679)	862.346
Obras em andamento	58.414	22.970	-	(76.662)	(83)	-	4.639
Total	875.961	24.010	(1.561)	3.337	(83)	(34.679)	866.985
Outros intangíveis							
Softwares	288	111	-	590	-	(158)	831
Marcas e Patentes	46	-	-	-	-	-	46
Adiantamento a fornecedores e outros	4.129	-	-	(4.129)	-	-	-
Total	4.463	111	-	(3.539)	-	(158)	877
Total	880.424	24.121	(1.561)	(202)	(83)	(34.837)	867.862

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

(a) As amortizações do intangível estão incluídas nas contrapartidas de resultado sobre as rubricas Custo dos serviços prestados e Gerais e administrativas.

(b) As baixas ocorridas no exercício referem-se a: venda de veículos para revitalização da frota e baixa de itens sinistrados ressarcidos pela seguradora.

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

De acordo com os requisitos do CPC 01, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que o saldo contábil é superior a seu valor recuperável devem ser revisados periodicamente para determinar a necessidade de redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia realizou o teste de impairment em cada uma de suas SPE's (Sociedades de Propósito Específico) detentoras de contrato de concessão de rodovias e, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de cada UGC considerando perspectivas de crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado, riscos do negócio e estrutura de capital, concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de ajuste de impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023.

11. Obrigações com compras de mercadorias e serviços

	31/12/2023	31/12/2022
Compras com cessão de direitos creditórios	-	14.981
Total	-	14.981

A Companhia possuía parceria/convênio com a instituição financeira FIDC – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, visando possibilitar aos fornecedores, mais uma opção de antecipação de seus recebíveis, por meio da transferência do direito do recebimento de suas faturas. Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição financeira, não havendo qualquer participação da CBN neste quesito.

A CBN realiza o pagamento das faturas conforme as mesmas condições de preço negociadas inicialmente com seus fornecedores, independente se tais faturas foram objeto de antecipação de recebível, por meio da operação de “risco sacado”.

A Companhia apresentou valores devidos pela compra de bens ou serviços, relacionados a operações de “risco sacado”, na rubrica de Obrigações com compras de mercadorias e serviços porque considera que a natureza ou função do passivo financeiro não é diferente de outras contas a pagar.

Dentro das projeções de fluxo de caixa, em 01 de dezembro de 2023 a Companhia pagou todo o saldo residual de fornecedores oriundo da operação de “risco sacado”.

12. Empréstimos e financiamentos

Contratante	Instituição financeira	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
CBN (i)	Desenbahia	2033	R\$	TJLP+3% a.a.	8.031	8.893
CBN (ii)	BNB	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	2.922	4.177
CBN (iii)	BNB	2032	R\$	8,5% a.a.	221.822	240.435
CBN (iv)	Desenbahia	2032	R\$	8,5% a.a.	15.731	17.564
CBN (v)	BNB	2033	R\$	2,5% a.a.	156.871	169.157
CBN (vi)	Desenbahia	2034	R\$	TJLP+3% a.a.	18.910	20.633
CBN (vii)	BNB	2035	R\$	7,07% a.a.	180.130	182.085
CBN (viii)	Desenbahia	2026	R\$	CDI+4% a.a.	11.621	15.964
CBN (ix)	BNB	2025	R\$	IPCA+7,98% a.a.	1.929	-
CBN (x)	BNB	2037	R\$	24,75% a.a.	7.742	-
CBN (x)	BNB	2037	R\$	IPCA + 2,39% a.a.	30.065	-
Custos de captação e estruturação			R\$		(3.380)	(1.507)
Total					652.394	657.401
Passivo circulante					45.938	38.567
Passivo não circulante					606.456	618.834

(i) Firmado pela CBN em 15 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e

(ii) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de

30 meses;

(iii) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(iv) Firmado pela CBN em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(v) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(vi) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

(vii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(viii) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses;

(ix) Firmado pela CBN em 20 de junho de 2023, no valor de R\$ 10.000, com prazo de 24 meses, após carência de 6 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

(x) Firmado pela CBN em 30 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 104.978, com prazo de 108 meses, após carência de 72 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. Este financiamento está em período de captação com R\$ 30.000 desembolsados em dezembro de 2023 e saldo restante previsto para saque até dezembro de 2025.

a) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Garantias

(i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desembahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa;

c) Cláusula restritivas ("covenants")

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants") não financeiros, os quais estão sendo cumpridos em 31 de dezembro de 2023.

Abaixo apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285
(+) Juros incorridos	42.750
(-) Juros pagos	(43.368)
(-) Amortizações	(15.799)
(+/-) Custos da transação	(467)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	657.401
(+) Captação	40.000
(+) Juros incorridos	41.653
(+) Juros capitalizados	1.517
(-) Juros pagos	(44.944)
(-) Amortizações	(41.359)
(+/-) Custos da transação	(1.873)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652.394

Em 31 de dezembro de 2023, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Prazos de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	49.880
2025	51.328	51.627
2026	49.144	52.245
2027 em diante	505.984	465.082
Total	606.456	618.834

Em dezembro de 2022, foi assinado contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos, no montante de R\$ 104.978. No entanto, a administração aguarda o desfecho do processo e o recebimento dos recursos, com previsão até dezembro de 2024.

14. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa sendo:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	12.141	5.490
Trabalhistas	1.508	1.617
Tributárias	18	18
Outras	453	49
Total	14.120	7.174

Movimentação	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.991	547	-	-	3.538
(+) Adições	2.499	1.070	18	49	3.636
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.490	1.617	18	49	7.174
(+) Adições	13.599	1.514	4.898	708	20.720
(+/-) Apropriação de juros	3.012	589	9	196	3.807
(-) Reversões	(9.549)	(1.563)	(2.865)	(452)	(14.430)
(-) Pagamentos	(411)	(649)	(2.042)	(49)	(3.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.141	1.508	18	452	14.120

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, tem ações envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 280.822 (R\$ 386.437 em 31 de dezembro de 2022).

a) Provisões Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis discutidos na esfera judicial. As ações possuem natureza indenizatória, decorrentes do curso ordinário de suas operações, tendo como principais objetos choque contra cancela, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

b) Provisões Trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se referem a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, terceirização, responsabilidade subsidiária, indenização e doença ocupacional, dentre outros.

c) Provisões Tributárias

As causas tributárias em que a Companhia é parte são distribuídas por natureza de tributos municipais e federais, dentre os quais merecem destaque os processos em trâmite que discutem a cobrança de IPTU, diante da possibilidade de êxito e relevância da tese firmada no Tribunal de Justiça da Bahia.

d) Outras Provisões

As demais provisões da Companhia referem-se a demandas ambientais decorrentes do período de obras, licenciamento, arbitragem e pleitos administrativos regulatórios.

15. Provisão para manutenção

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava saldo R\$ 28.718 (R\$ 18.017 em 31 de dezembro de 2022), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 8,9% a.a.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.755
Provisão	9.262
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.017
Provisão	25.532
Reversão	(14.831)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.718

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	233	1.957
Passivo não circulante	28.485	16.060
Total	28.718	18.017

16. Outras obrigações

	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos a pagar (a)	-	9.089
Outras obrigações	2.498	3.435
Total	2.498	12.524

(a) Valor pago aos acionistas anteriores, referente à cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), adquiridas em 28 de dezembro de 2021.

17. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo de impostos diferidos ativos líquidos no montante de R\$17.829, calculados sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporárias, à alíquota de 34%. Os saldos do ativo diferido líquido apresentam-se como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	15.706	21.615
Diferenças temporárias ativas	19.289	4.484
Provisão para contingências	3.575	1.213
Provisão para manutenção	15.714	3.271
Diferenças temporárias passivas	(17.166)	(17.719)
Ajustes adoção Lei 12.973/14 e Arrendamentos - IFRS 16 (CPC 06(R2))	(17.166)	(17.719)
Ativo diferido, líquido	17.829	8.380

O saldo de prejuízos fiscais acumulado em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 46.194.

A Companhia estima apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, baseando-se nas projeções conforme o quadro a seguir:

Prazos de vencimento

Exercício

	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	1.403
2024	4.844	870
2025	7.908	793
2026	2.954	18.549
Total	15.706	21.615

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	17.802	(11.708)
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada de 34%	(6.053)	3.981
Juros sobre Capital Próprio	2.332	-
Outros	(594)	-
Subvenções do lucro da exploração	3.241	135
PAT	243	-
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	(830)	3.507
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.280)	(714)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.450	4.221
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	(830)	3.507
Alíquota Efetiva	-5%	-30%

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 286.000, formado por 367.759.706 ações ordinárias e sem valor nominal.

b) Reservas

i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído o montante de R\$ 849.

ii) Reserva de incentivos fiscais

Consoante Ato Declaratório Executivo no 006235032, de 09 de outubro de 2019, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2026, na forma do artigo 1º da MP no 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei no 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei no 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo no 0091/2017, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, constante do processo administrativo fiscal no 59334.000154/2017-9.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado da Bahia (Contrato CGBA-001/2010), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2026.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei no 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 4.656 referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais.

A Companhia apresentou um Lucro da Exploração no montante de R\$ 17.327 no exercício de 2023 e constituímos um valor adicional de anos anteriores.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei das sociedades por ações. O valor dos juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de dezembro 2023, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.279 (R\$ 897 em 31 de dezembro de 2022), referente à remuneração dos administradores.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração com encargos	2.229	831
Incentivo de longo prazo	50	66
Total	2.279	897

19. Receitas

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de pedágio	193.656	167.445
Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade)	3.600	4.547
Impostos e contribuição sobre serviços	(17.194)	(14.926)
Outras deduções	(147)	(851)
Receita líquida de serviços	179.915	156.215

Receita de construção	21.312	31.526
Receita líquida	201.227	187.741

20. Custos por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Custos de pessoal	(39.229)	(19.561)
Serviços de terceiros	(9.476)	(11.314)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.873)	(3.438)
Gastos gerais	(2.802)	(2.387)
Provisão para manutenção	(25.532)	(9.262)
Depreciação e amortização	(37.553)	(57.890)
Custos dos serviços prestados	(117.465)	(103.852)
Custos de construção	(21.101)	(31.212)
Total	(138.566)	(135.064)

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05.

21. Despesas gerais e administrativas por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de pessoal	(17.911)	(8.299)
Serviços de terceiros	(9.713)	(3.584)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.365)	(485)
Seguros/Garantias	(3.226)	(1.502)
Provisão para contingências	(3.169)	(3.636)
Licenças de software/telecomunicações	(1.061)	(1.072)
Gastos gerais	(7.948)	(2.880)
Agências reguladoras	(5.192)	(4.701)
Depreciação e amortização	(593)	(626)
Total	(50.178)	(26.785)

22. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Descontos obtidos	73	112
Rendimentos de aplicação financeira	6.262	6.243
Atualização monetária ativa	2.402	277
Outras receitas financeiras	367	1.832
Receitas financeiras	9.104	8.464
	0	
Juros de debentures	(41.653)	(42.750)
Juros de contratos de arrendamento	(1.903)	(574)
Atualização monetária passiva	(3.808)	-
Outras despesas financeiras	(5.414)	(4.620)

Despesas financeiras	(52.778)	(47.944)
Resultado financeiro, líquido	(43.674)	(39.480)

23 Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	16.972	(8.201)
Quantidade de ações ordinárias em circulação (milhares)	367.760	367.760
Prejuízo por ação básico e diluído ação - Em Reais	46,15	(22,30)

24. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Obrigações com compras de mercadorias e serviços	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285	6.517	-	680.802
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Amortização de financiamentos e debêntures	(16.266)	-	-	(16.266)
Pagamento de arrendamento	-	(4.537)	-	(4.537)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(16.266)	(4.537)	-	(20.803)
Outras variações				
Obrigações com compras de mercadorias e serviços	-	-	14.981	14.981
Despesas com juros	42.750	1.936	-	44.686
Juros pagos	(43.368)	-	-	(43.368)
Total das outras variações relacionadas com passivos	(618)	1.936	-	16.299
Saldo em 31 de dezembro de 2022	657.401	3.916	14.981	676.298

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Obrigações com compras de mercadorias e serviços	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	657.401	3.916	14.981	676.298
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captação de financiamentos e debêntures	40.000	-	-	40.000
Amortização de financiamentos e debêntures	(41.359)	-	-	(41.359)
Obrigações com compras de mercadorias e serviços	-	-	(14.981)	(14.981)
Pagamento de arrendamento	-	(3.860)	-	(3.860)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(1.359)	(3.860)	(14.981)	(20.200)
Outras variações				
Novos arrendamentos	-	2.134	-	2.134
Custos de transação	(1.874)	-	-	(1.873)
Despesas com juros	41.653	1.903	-	43.556
Juros capitalizados	1.517	-	-	1.517
Reclassificações	-	(182)	-	(182)
Juros pagos	(44.944)	-	-	(44.944)
Total das outras variações relacionadas com passivos	(3.648)	3.855	-	208
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652.394	3.910	-	656.306

25. Contratos

Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte ("CBN"), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

A tarifa básica, foi inicialmente definida em Edital pelo Poder Concedente, baseando-se em estudos de viabilidade econômico-financeiro de cada projeto, onde periodicamente a concessionária, por meios de pleitos de reequilíbrios, submetem a apreciação de julgamento do Poder Concedente, reajustes tarifários, de modo a recompor eventuais perdas, bem como viabilizar os investimentos previstos no contrato de concessão. Cabe ainda ao Poder Concedente decidir acerca de eventuais pedidos de renovação contratual.

Em caso de extinção da concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

* * *

DF 2023 CBN pdf

Código do documento 1bfb1c0e-261f-4732-bb46-be443331ece3



Assinaturas



Felipe Guidi
felipe.guidi@montepartners.com
Assinou

Felipe Guidi



Wilman Sanchez Moitinho
wilman.sanchez@monterodovias.com.br
Assinou



Eventos do documento

29 Mar 2024, 16:32:07

Documento 1bfb1c0e-261f-4732-bb46-be443331ece3 **criado** por MANUELA REGO DURAN (c2b4fb40-85b5-4017-a462-aa48039f58d5). Email: manuela.duran@monterodovias.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-29T16:32:07-03:00

29 Mar 2024, 16:32:53

Assinaturas **iniciadas** por MANUELA REGO DURAN (c2b4fb40-85b5-4017-a462-aa48039f58d5). Email: manuela.duran@monterodovias.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-29T16:32:53-03:00

29 Mar 2024, 16:34:21

WILMAN SANCHEZ MOITINHO **Assinou** (8ceee776-0cb1-422d-b76e-0568f5e03580) - Email: wilman.sanchez@monterodovias.com.br - IP: 186.251.226.221 (186.251.226.221 porta: 26356) - **Geolocalização:** -23.1079116 -46.5753652 - Documento de identificação informado: 945.327.375-91 - DATE_ATOM: 2024-03-29T16:34:21-03:00

29 Mar 2024, 16:36:55

FELIPE GUIDI **Assinou** - Email: felipe.guidi@montepartners.com - IP: 187.107.1.67 (bb6b0143.virtua.com.br porta: 59274) - **Geolocalização:** -12.806956 -38.208902 - Documento de identificação informado: 296.500.248-08 - DATE_ATOM: 2024-03-29T16:36:55-03:00

Hash do documento original

(SHA256): d87ce9d0366747f2a0ef1be8fdacc937086111f8d5e1b92578f243981d5783fb

(SHA512): 135c8c5bc19a8d1992de2609af744ff543d4775a7483ba1abc70e0795f76851120edf7b5b15973b7ce48793ae626cd9c6ffaf83f01ae0fc47794f1e6f0cb9b06

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign